

Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Vivenciamos em 2013 um ambiente macroeconômico desafiador, com crescimento modesto e aumento da taxa de juros como mecanismo de controle da inflação.

Mesmo com esse cenário menos favorável, o GPA mostrou capacidade e agilidade para adequar sua estratégia de acordo com os rumos do mercado e registrou um desempenho expressivo, com ganhos de market share nos diferentes negócios. Temos apresentado crescimento com resultados positivos nos últimos anos, fortalecendo o GPA como um Grupo preparado para crescer de forma sustentável e estruturada para o futuro, o que é um diferencial importante no segmento varejista.

Em 2013 consolidamos o nosso modelo multiformato, com um portfólio de negócios diversificado, porém convergente, e ampliamos nossos diferenciais competitivos. Elegemos, definitivamente, a multicanalidade como prioridade estratégica. Para isso, desenvolvemos uma série de ações com foco em integração, captura de sinergias e oferta de soluções criativas para tornar a experiência de compra cada vez mais prática, conveniente e atraente para os nossos clientes. Com isso, identificamos oportunidades que nos possibilitam atuar de forma conjunta para oferecer a melhor solução de compra, garantindo, ao mesmo tempo, alinhamento de processos, ganhos de sinergias, disciplina financeira e, consequentemente, custos menores.

Ao longo do ano, a Companhia também deu ênfase à implementação da estratégia de maior competitividade de preços no Varejo Alimentar, principalmente na bandeira Extra. Como consequência, apresentamos uma evolução importante do fluxo de clientes nas lojas e ganhos de market share. A estratégia de competitividade é suportada pela busca por ganhos de eficiência que têm sido alcançados por meio da racionalização das despesas operacionais e corporativas.

O investimento no crescimento orgânico foi outra diretriz importante que nos permitiu atingir um importante crescimento da área de vendas no ano. O Grupo entrou em praças em que ainda não atuava, principalmente com o modelo Assaí; reforçou sua presença em mercados relevantes, como o Nordeste, com a Via Varejo; e expandiu o formato de proximidade com o Minimercado Extra, no Estado de São Paulo.

Entre os negócios, o desempenho do Assaí foi um dos destaques de 2013. Durante o ano, consolidamos o novo modelo de loja e investimos em expansão orgânica, com a inauguração de 14 lojas e a entrada em cinco novos estados, fortalecendo a presença nacional da bandeira.

Como parte da nossa estratégia de gerar maior fluxo e atratividade às lojas, além de incrementar os resultados da Companhia a partir da receita de aluguéis dos espaços comerciais, o GPA Malls adicionou aproximadamente 45 mil m² de área bruta locável (ABL), fechando o período com um total de 288 mil m² em ABL.

Para a Via Varejo, o ano foi marcado pelo crescimento das vendas, consolidação do processo de profissionalização do negócio e a adoção de uma série de iniciativas com foco na busca por ganhos de eficiência. A rentabilidade da companhia cresceu significativamente em função das medidas implementadas e maior disciplina. No final do ano, a Via Varejo efetuou sua Oferta Pública Inicial de Ações, um passo importante para reforçar a presença da bandeira líder do segmento de eletroeletrônicos no mercado de capitais. O IPO também fortaleceu a estrutura financeira do GPA, contribuindo para a redução da posição de endividamento líquido no final de 2013.

Na Nova Pontocom, adotamos uma estratégia também focada em busca de competitividade e crescimento, com ganhos de eficiência, market share e retorno positivo já a partir do 2º trimestre. Além disso, lançamos o Extra Marketplace, um novo modelo de vendas que reúne em um mesmo site ofertas de diferentes lojas, em vários segmentos, e nos permitiu aumentar consideravelmente o sortimento de produtos.

Temos muito orgulho em afirmar que esses resultados foram conquistados graças à atuação do nosso time de colaboradores, que com garra, determinação e profissionalismo, possibilitou que o GPA continuasse superando os desafios. Por isso, manteremos o nosso compromisso de aumentar a satisfação da nossa gente, investindo no aperfeiçoamento de suas potencialidades para que tenhamos sempre pessoas preparadas, felizes e engajadas com o negócio e suas demandas de crescimento, resultados e sustentabilidade.

Cientes de que a busca por uma gestão sustentável é uma trajetória longa e perene, continuaremos investindo no diálogo e na geração de valor com os stakeholders, estreitando cada vez mais o relacionamento com os clientes, sem deixar de lado nossa postura socioambiental e mantendo um alinhamento permanente com princípios internacionais dos quais somos signatários, como o Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para a adoção de políticas de responsabilidade social e sustentabilidade pelas empresas.

A sustentabilidade continua sendo um eixo estratégico do GPA até pela importância e abrangência dos nossos negócios. Com mais de 150 mil colaboradores, somos o maior empregador privado do Brasil. Por isso, temos consciência de nossas responsabilidades socioambientais perante esse contingente e a sociedade. Além de manter o equilíbrio dos aspectos econômico, social e ambiental em nossas atividades, nosso papel é engajar toda a cadeia de valor para, juntos, construirmos um futuro melhor e mais sustentável para todos os brasileiros.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

A seguir apresentamos comentários sobre o desempenho operacional e financeiro do Grupo Pão de Açúcar em 2013. Os comentários referem-se ao resultado Consolidado do Grupo ou unidades operacionais, quando explícito no texto. A estrutura multiformato do Grupo é formada pelas operações do GPA Alimentar, da Via Varejo e da Nova Pontocom. As operações do GPA Alimentar são compostas por supermercados (Pão de Açúcar e Extra Supermercado), hipermercados (Extra Hiper), lojas de proximidade (Minimercado Extra), atacado de autoserviço (Assaí), delivery (Pão de Açúcar e Extra), GPA Malls (Conviva e galerias comerciais), postos de combustíveis e drogarias. As operações da Via Varejo são formadas por lojas físicas de eletroeletrônicos e móveis (Ponto Frio e Casas Bahia). Já a Nova Pontocom é formada pelas operações de e-commerce do Pontofrio.com.br, Extra.com.br, Casasbahia.com.br, Barateiro.com, PartiuViagens.com.br e Atacado Pontofrio.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

GPA Consolidado			
(R\$ milhões)	2013	2012	Δ
Receita Bruta de Vendas	64.405	57.234	12,5%
Receita Líquida de Vendas	57.730	50.924	13,4%
Crescimento de Receita Bruta de Vendas 'mesmas lojas'	9,0%	7,0%	

A receita operacional líquida cresceu 13,4%, para R\$ 57.730 milhões, impulsionada pelas vendas 'mesmas lojas' que atingiram 9,0% de crescimento, 3 pontos percentuais acima da inflação (IPCA), finalizando o ano com um ótimo desempenho e crescimento de cada negócio. A Companhia encerrou 2013 com 128 novas lojas, das quais 87 do GPA Alimentar e 41 lojas da Via Varejo.

No GPA Alimentar, houve aceleração de crescimento em todas as bandeiras, com destaque para o Minimercado Extra, que segue apresentando crescimento 'mesmas lojas' superior à média do GPA Alimentar, e Assaí, que continuou crescendo em ritmo elevado.

Na Nova Pontocom, houve crescimento acima do mercado, com sinalização de ganhos de *market share*. Este desempenho foi impulsionado pela aceleração do crescimento ao longo do ano, especialmente a partir do 3T13, quando ganhos de eficiência em processos, investimentos estratégicos e avanços no nível de serviço se consolidaram.

Na Via Varejo, além da venda de mercadorias, a venda de serviços e a venda de serviços financeiros contribuíram fortemente para crescimento de receita. Destaque para as categorias de telefonia e informática, que mantiveram a tendência de alto crescimento, confirmando a manutenção do ciclo de consumo de tecnologia no país.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto cresceu 9,2%, de R\$ 13.757 milhões para R\$ 15.026 milhões. A margem bruta ficou em 26,0% em 2013, uma queda de 1,0 ponto percentual em relação a 2012, decorrente principalmente da estratégia de investimento em redução de preços no Varejo Alimentar, suportada por redução das despesas com vendas e gerais e administrativas. A margem bruta também foi impactada pelas ações promocionais da Black Friday na Via Varejo e na Nova Pontocom no final do ano, além do aumento da participação do canal de comércio eletrônico nas vendas, cujo modelo de negócio opera com margem inferior à observada na operação das lojas físicas.

GPA Consolidado			
(R\$ milhões)	2013	2012	Δ
Receita Líquida de Vendas	57.730	50.924	13,4%
Lucro Bruto	15.026	13.757	9,2%
Margem Bruta	26,0%	27,0%	-1,0 p.p.
Despesas com Vendas	(9.180)	(8.360)	9,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.485)	(1.754)	-15,3%
Resultado da Equiv. Patrimonial	47	11	337,3%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(673)	(33)	1938,9%
Despesas Operacionais Totais	(11.291)	(10.136)	11,4%
% da Receita Líquida de Vendas	19,6%	19,9%	-0,3 p.p.
EBITDA	3.814	3.703	3,0%
Margem EBITDA	6,6%	7,3%	-0,7 p.p.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais tiveram aumento de 11,4%, de R\$ 10.136 milhões para R\$ 11.291 milhões. A relação entre as despesas com vendas, gerais e administrativas e a receita líquida passou de 19,9% em 2012 para 18,5% em 2013 como resultado, principalmente, da redução de despesas corporativas e controle de despesas com vendas no GPA Alimentar, além dos ganhos de eficiência operacional em Via Varejo.

DESEMPENHO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

O resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 1.193 milhões, mesmo patamar de 2012. Em 2013, ocorreu uma redução na relação entre o resultado financeiro líquido e a receita líquida, que passou de 2,3% em 2012 para 2,1%, em função principalmente da melhora no resultado financeiro da Via Varejo.

GPA Consolidado			
(R\$ milhões)	2013	2012	Δ
Receitas Financeiras	643	593	8,3%
Despesas Financeiras	(1.836)	(1.786)	2,8%
Resultado Financeiro Líquido	(1.193)	(1.193)	0,0%
% da Receita Líquida de Vendas	2,1%	2,3%	-0,2 p.p.
Encargos sobre Dívida Bancária Líquida	(224)	(238)	-5,6%
Custo de Desconto de Recebíveis de Carnê	(268)	(282)	-5,1%
Custo do Desconto de Recebíveis de Cartão	(618)	(497)	24,3%
Atualização de Outros Ativos e Passivos	(107)	(176)	-38,9%
Resultado Financeiro Líquido	(1.218)	(1.193)	2,1%

ENDIVIDAMENTO

A dívida líquida, incluindo a dívida da operação de carnês da Via Varejo, totalizou R\$ 1,102 bilhão ao final de dezembro. A redução do nível de endividamento ocorreu principalmente em função da maior geração de caixa no período, notadamente alavancada pelos esforços de melhoria em capital de giro. Além disso, a OPA da Via Varejo, que representou uma entrada de caixa no montante bruto de R\$ 896 milhões, também contribuiu para a redução da posição de endividamento. A relação Dívida Líquida/EBITDA, incluindo a operação de carnês, atingiu 0,29x ao final do 4T13, significativamente inferior ao endividamento registrado em 2012. A Companhia apresentou, ao final de dezembro, reservas de caixa de aproximadamente R\$ 8,4 bilhões. Para mais informações, ver a seção Fluxo de Caixa.

GPA Consolidado		
(R\$ milhões)	31/12/2013	31/12/2012
Dívida de Curto Prazo	(2.445)	(1.712)
Empréstimos e Financiamentos	(1.200)	(1.044)
Debêntures	(1.245)	(668)
Dívida de Longo Prazo	(4.181)	(6.151)
Empréstimos e Financiamentos	(1.583)	(2.409)
Debêntures	(2.599)	(3.741)
Total da Dívida Bruta	(6.626)	(7.863)
Caixa e Aplicações Financeiras¹	8.392	7.086
Caixa (Dívida) Líquido	1.765	(777)
EBITDA¹	3.814	3.703
Dívida Líquida/EBITDA¹	N/A	0,21x
Carnês - Financiamento ao Consumidor - curto prazo	(2.726)	(2.499)
Carnês - Financiamento ao Consumidor - longo prazo	(141)	(130)
Dívida Líquida com Carnês - Financiamento ao Consumidor	(1.102)	(3.406)
Dívida Líquida/EBITDA¹	0,29x	0,91x

¹ Inclui valores provenientes de empreendimentos imobiliários. EBITDA acumulado dos últimos 12 meses.

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2013 - (INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES NÃO AUDITADAS)

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)		
	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida (RL)	57.730.262			50.924.461		
Resultado operacional (RO)	1.052.495			1.051.180		
Folha de pagamento bruta (FPB)	5.242.985			5.184.147		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	295.276	6%	1%	329.130	6%	1%
Encargos sociais compulsórios	1.072.662	20%	2%	1.159.316	22%	2%
Previdência privada	3.770	0%	0%	3.964	0%	0%
Saúde	244.695	5%	0%	216.787	4%	0%
Segurança e saúde no trabalho	17.973	0%	0%	21.332	0%	0%
Educação	8.948	0%	0%	2.946	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	24.955	0%	0%	30.998	1%	0%
Creches ou auxílio-creche	809	0%	0%	726	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	165.419	3%	0%	157.377	3%	0%
Outros	191.592	4%	0%	203.107	4%	0%
Total - Indicadores sociais internos	2.026.100	39%	4%	2.125.683	41%	4%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	8.683	1%	0%	7.416	1%	0%
Cultura	2.992	0%	0%	3.115	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	8.814	1%	0%	7.978	1%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	6.048	1%	0%	6.103	1%	0%
Outros	9.080	1%	0%	3.033	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	35.016	3%	0%	27.645	3%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.494.188	427%	8%	3.665.882	349%	7%
Total - Indicadores sociais externos	4.529.204	430%	7%	3.693.527	351%	7%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	0	0%	0%	0	0%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	12.686	1%	0%	11.150	1%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	12.686	1%	0%	11.150	1%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas (x) cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 76 a 100%		() não possui metas (x) cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013		2012			
Nº de empregados(as) ao final do período	160.660		158.509			
Nº de admissões durante o período	71.830		60.279			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.064		930			
Nº de estagiários(as)	154		195			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	22.523		18.585			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	78.211		72.213			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	37,46%		30,10%			
% de negros(as) que trabalham na empresa	67,52%		61,58%			
Nº de cargos de chefia ocupados por negros(as)	32,99%		32,50%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	2.445		2.363			

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013		Metas para 2014			
	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	200 vezes	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Número total de acidentes de trabalho	1.195		() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) direção e gerências	(x) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 70.053	no Procon 70.215	na Justiça 59.231	na empresa não há meta estabelecida	no Procon -3%	na Justiça não há meta estabelecida
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 98%	no Procon 99%	na Justiça 100%	na empresa 98%	no Procon -99%	na Justiça não há meta estabelecida
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 14.362.784		Em 2012: 12.931.898			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	26,6% Governo 40,7% Colaboradores(as)		23,3% Governo 46,4% Colaboradores(as)			
	4,2% Acionista 22,8% Terceiros 5,7% Retido		1,5% Acionista 27,0% Terceiros 4,9% Retido			

7 - Outras informações

"O GPA não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção."

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: **Laura Pires - E-mail: sustentabilidade@gpabr.com**



Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1) Aquisição de participação da Nova Pontocom
Conforme fato relevante divulgado em 17 de outubro de 2013, a subsidiária Via Varejo celebrou a venda de 6,20% das ações do capital social da Nova Pontocom para a controladora CBD. A participação da Via Varejo foi alterada de 52,10% para 43,90%. O valor de aquisição, pela Companhia, foi de R\$80.000, pago em caixa, gerando efeito líquido de R\$73.265 registrado diretamente no patrimônio líquido da Companhia.
Nesta mesma data, houve a aquisição por CBD de 1,95% de participação em Nova Pontocom detida por minoritários pelo valor de R\$25.294, sendo R\$7.330 pela compensação com saldos devidos por estes minoritários para a CBD, e o restante pago em caixa. Após a transação, a Companhia possui 47,21% de participação direta mais 23,88% de participação indireta.
As transações acima mencionadas foram avaliadas como "transação de capital" e os efeitos registrados diretamente ao patrimônio líquido do controlador, o valor total de (R\$73.265) e na participação de não controladores no valor de R\$23.617.
Concomitante com a venda foi firmado nesta mesma data, um novo acordo de Acionistas da Nova Pontocom, o qual estabelece novos parâmetros de governança corporativa.
2) Bartira - Classificação inicial e aquisição de participação
Até 31 de outubro de 2013, a Via Varejo possuía participação direta em um negócio em conjunto, classificada como negócios em conjunto conforme designado pelo CPC 19R2 (IFRS 11), na Bartira, na qual os participantes (Via Varejo com 25%, e Casas Bahia com 75%) formalizaram um acordo de sócios que estabelecia controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade. Conforme previsto no acordo de associação entre CB e a Companhia, a subsidiária Via Varejo exerceu a opção de compra da participação de 75% remanescente, conforme descrito na nota explicativa nº 15 (b).
A Companhia reconhecia em suas demonstrações financeiras sua participação no negócio em conjunto utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combinava sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas do negócio em conjunto com itens semelhantes - linha a linha - em suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras do negócio em conjunto eram preparadas para o mesmo período e sob os mesmos critérios contábeis adotados pela Companhia.
Demonstramos a seguir, as principais linhas das demonstrações financeiras condensadas da Bartira do exercício de 2012 e até 31 de outubro de 2013, data da alteração da classificação de Bartira de negócio em conjunto para controlada.

	31/10/2013	31/12/2012
Ativo circulante	109%	100%
Ativo não circulante	79.525	157.196
Ativo total	92.465	73.244
Passivo circulante	171.990	230.440
Passivo não circulante	91.097	111.500
Patrimônio líquido	9.451	16.440
	71.442	102.500

	Controladora			Consolidado		
	Saldo originalmente publicado	Acordos comerciais	Saldo reclassificado	Saldo originalmente publicado	Acordos comerciais	Saldo reclassificado
Saldo em 31/12/2012:						
Ativo:						
Contas a receber	926.660	(434.018)	492.642	3.208.963	(562.884)	2.646.079
Passivo:						
Fornecedores	2.791.397	(434.018)	2.357.379	6.803.240	(562.884)	6.240.356
Saldo em 31/12/2011:						
Ativo:						
Contas a receber	1.719.763	(282.611)	1.437.152	5.437.500	(325.558)	5.111.942
Passivo:						
Fornecedores	2.526.912	(282.611)	2.244.301	6.278.757	(325.558)	5.953.199

Não ocorreram alterações na demonstração dos fluxos de caixa por se tratar de reclassificação de itens incluídos nas atividades operacionais da Companhia.

3) **Base de consolidação**
a) Participação em subsidiárias, associadas e negócios em conjunto

	Participação nos investimentos - %			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Sociedades Controladas				
Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	100,00	-	100,00	-
Sé Supermercados Ltda. ("Sé")	100,00	-	100,00	-
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	100,00	-	100,00	-
PA Publicidade Ltda. ("PA Publicidade")	100,00	-	100,00	-
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona")	82,75	17,25	82,75	17,25
CBD Holland B.V.	100,00	-	100,00	-
CBD Panamá Trading Corp.	-	100,00	-	100,00
Xantocarpa Participações Ltda. ("Xantocarpa")	-	100,00	-	100,00
Vedra Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bellamar Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Vancouver Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Bruxellas Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Monte Tardell Empreendimentos e Participações S.A.	99,91	0,09	99,91	0,09
GPA Malls & Proprietes Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	100,00	-	100,00	-
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
GPA 4 Empreend. e Participações S.A.	99,91	0,09	99,91	0,09
GPA 5 Empreend. e Participações S.A.	99,91	0,09	99,91	0,09
GPA 6 Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
ECOP Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
API SPE Planejamento e Desenv. de Empreend. Imobiliários Ltda.	100,00	-	100,00	-
Posto Ciara Ltda.	-	100,00	-	100,00
Auto Posto Império Ltda.	-	100,00	-	100,00
Auto Posto Duque Salim Maluf Ltda.	-	100,00	-	100,00
Auto Posto Duque Santo André Ltda.	-	100,00	-	100,00
Auto Posto Duque Lapa Ltda.	-	100,00	-	100,00
Duque Conveniências Ltda.	-	100,00	-	100,00
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda.	-	43,35	-	52,41
Via Varejo S.A.	43,35	-	52,41	-
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	-	43,35	-	52,41
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	-	43,35	-	52,41
Nova Casa Bahia S.A. ("NCB")	-	43,35	-	52,41
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda.	-	43,35	-	52,41
Rio Expresso Com. Atacad. de Eletrodoméstico Ltda.	-	43,35	-	52,41
Globex Adm. Consórcio Ltda.	-	43,35	-	52,41
PontoCred Negócio de Varejo Ltda.	-	43,35	-	52,41
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	0,10	43,31	0,10	52,36
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	47,21	23,88	39,05	31,11
E-Hub Consult. Particip. e Com. S.A.	-	71,09	-	70,16
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	71,09	-	70,16
Sabara S.A.	-	43,35	-	52,41
Casas Bahia Contact Center Ltda.	-	43,35	-	52,41
Globex - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("Globex FIDC")	-	43,35	-	52,41
Associadas				
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	41,93	-	43,22
Dunnhumby Brasil Cons. Ltda.	-	2,00	-	-
Banco Investred Unibanco S.A. ("BINV")	-	21,67	-	26,21
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	41,93	-	43,22
Negócios em conjunto	-	-	-	-
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	-	-	-	13,10

Todas as participações são calculadas considerando o percentual detido pela GPA ou suas subsidiárias. Não necessariamente a consolidação reflete tais percentuais, dado que algumas empresas possuem acordo de acionistas que confere o controle à Companhia e, portanto, são consolidadas integralmente.

b) Subsidiárias
4. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto.
Subsidiárias são todas as entidades em que a Companhia tem controle. A Companhia controla uma entidade quando ela é exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis como resultado do seu envolvimento com a investida e quando os retornos do investidor decorrentes de seu envolvimento tem o potencial de variar conforme o resultado do desempenho da investida. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação, quando aplicável, a partir da data em que esse controle é perdido.
As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.
Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.
Os prazos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.
As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:
(i) Novasoc
Embora a participação da Companhia na Novasoc represente 10% de suas quotas, a Novasoc está incluída nas demonstrações financeiras consolidadas porque a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da empresa, nos termos do acordo de quotas. Adicionalmente, de acordo com o contrato social da Novasoc, a alocação de seu lucro líquido não requer necessariamente que seja proporcional ao percentual de participação detida na sociedade, ou seja, 99,98%.
(ii) Via Varejo
A Companhia detém 43,35% de participação no capital social da Via Varejo e 62,3% sobre as ações com direito a voto, conferindo-lhe o controle dessa subsidiária, consolidando integralmente suas demonstrações financeiras. A Via Varejo concentra as atividades de comércio de eletroeletrônicos, operando sob as marcas "Ponto Frio" e "Casas Bahia". Vide nota 14 (a) (ii).
Em 2 de janeiro de 2013 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da subsidiária NCB pela sua controladora Via Varejo. A incorporação não gerou impactos nas demonstrações financeiras consolidadas.
A incorporação de NCB pela Via Varejo visa simplificar a estrutura organizacional e societária das companhias, propiciando assim, uma redução dos custos administrativos e operacionais.
(iii) Sendas
A Companhia detém 100% do capital social de Sendas contemplando as operações de varejo, predominantemente no Estado do Rio de Janeiro.
(iv) GPA M&P
O GPA M&P tem por objetivo gerir e explorar o patrimônio imobiliário da Companhia.
(v) Nova Pontocom
Conforme descrito na nota explicativa nº 1 (f), em 17 de outubro de 2013 a Companhia passou a ter controle direto sobre a Nova Pontocom, que atua no comércio eletrônico de qualquer produto para consumidores finais por meio dos sites: www.extra.com.br, www.pontofrio.com.br, www.casasbahia.com.br, www.barateiro.com.br e www.partiuviagens.com.br.

c) Associadas - BINV e FIC
Associadas são entidades em que a Companhia exerce influência significativa, mas não possui o controle sobre suas atividades. São reconhecidos inicialmente pelo custo ou valor justo, conforme cada caso, e seus resultados são contabilizados segundo o método de equivalência patrimonial. A demonstração do resultado do exercício reflete a parcela dos resultados das operações das associadas. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido das associadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e divulga, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as associadas são eliminados na medida da participação nas associadas.
As demonstrações financeiras das associadas são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia e quando necessário, efetuados ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.
Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento nas associadas não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do exercício.
Os investimentos da Companhia em suas associadas FIC e BINV, ambas as instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA e Via Varejo, resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") com o GPA e a Via Varejo. Tais investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que o poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC pertence ao Itaú Unibanco.
A Companhia tem participação relevante nas decisões operacionais da FIC através do Conselho de Administração desta sociedade.
As demonstrações financeiras resumidas da FIC são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo circulante	3.521.684	3.384.723
Ativo não circulante	32.209	43.171
Ativo total	3.553.893	3.427.894
Passivo circulante	2.826.367	2.768.570
Passivo não circulante	23.192	18.710
Patrimônio líquido	704.334	640.614
Total passivo e patrimônio líquido	3.553.893	3.427.894
Demonstração do resultado:		
Receitas	895.101	897.814
Resultados operacionais	157.764	66.671
Lucro líquido do exercício	87.939	39.268

Para efeito do cálculo do investimento o patrimônio da investida deve ser deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco.

Total passivo e patrimônio líquido
Demonstração do resultado:
Recita líquida de vendas e prestação de serviços
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social
Resultado do exercício

	31/10/2013	31/12/2012
	171.990	230.440
	450.919	464.048
	(40.828)	5.516
	(30.987)	68

Base de elaboração
As demonstrações financeiras compreendem:
• As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
• As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS, seriam pelo custo ou valor justo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Companhia e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.
As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua ("moeda funcional"), que é o Real (R\$), que também é a moeda de apresentação dessas demonstrações financeiras.
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2014.
A Administração reclassificou os saldos dos recebíveis de acordos comerciais com fornecedores, cujo contrato permite a compensação destes recebíveis com o saldo a pagar aos respectivos fornecedores. Esta mudança visa apresentar tais recebíveis de forma condizente com sua realização. Em adição e para melhor apresentação e comparabilidade os seguintes saldos de 31 de dezembro de 2012 e 2011 também foram reclassificados:

b) **Contas a receber**
Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente convertíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.
c) **Contas a receber**
São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.
As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros ("TEJ"), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do exercício. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício em rubricas correspondentes.
A cada fechamento dos balanços a Companhia avalia se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.
A provisão para crédito de liquidação duvidosa de clientes baseia-se em um histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, além da avaliação de eventos macroeconômicos como índice de desemprego, e índice de confiança de consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber.
A provisão para crédito de liquidação duvidosa é considerada incobrável e, portanto baixada da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 180 dias da data do vencimento.
f) **Estoques**
São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.
O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.
Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.
g) **Bonificação**
As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado na medida em que os correspondentes estoques são vendidos.
Compreendem o custo por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de marketing, entre outros e são registradas como redutores dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, uma vez que contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores líquidos dos valores a receber de bonificação.
h) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**
Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o ajuste a valor presente reconhecido em conformidade com o regime de competência. A aplicação do ajuste a valor presente é registrada nas correspondentes rubricas, sujeitas à avaliação da norma, e tem como contrapartida a rubrica "resultado financeiro".
O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber" e sua realização é registrada na rubrica "Receta operacional líquida", pela fruição do prazo. Demais rubricas do balanço patrimonial cuja aplicação do ajuste a valor presente se faça necessário, tem a sua contrapartida na rubrica de "Resultado financeiro".
i) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**
O teste de recuperação ("impairment test") tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.
Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.
O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.
Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de desenvolvimento do software e seus reflexos no resultado do exercício que foram incorridos. Os ativos intangíveis são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.
j) **Categoria dos ativos**
Taxa média de depreciação anual

Edifícios 2,50%
Benefiteiras e melhorias 4,43%
Equipamentos de processamento de dados 20,14%
Software 12,78%
Instalações 8,04%
Inovéis e utensílios 9,92%
Veículos 23,81%
Máquinas e equipamentos 9,30%
Decoração 20,00%
Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.
O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado e intangível no exercício de 2013 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.
k) **Capitalização de juros**
Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimado do ativo.
l) **Ativos intangíveis**
Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial sendo deduzidas pela amortização e as eventuais perdas por não desenvolvimento. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software e seus reflexos no resultado do exercício que foram incorridos, são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.
m) **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo e são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.
n) **Empréstimos e recebíveis:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas; e
o) **Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento:** são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.
p) **Desreconhecimento de ativos financeiros**
Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:
• Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
• A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transfere nem reveu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.
Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia e suas subsidiárias.
q) **Perda do valor recuperável de ativos financeiros**
Nas datas dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias verificam se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplimentos. Especificamente em relação aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia e suas subsidiárias, primeiramente, verificam se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia e suas subsidiárias determinem a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente - seja esta perda significativa ou não - a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão incluídos na avaliação coletiva da perda.
O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia mensura a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável.
r) **Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização**

reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.
(ii) **Passivos financeiros**
Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como, empréstimos, financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge em um relacionamento de hedge efetivo, conforme o caso. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.
Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.
Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.
s) **Mensuração subsequente**
Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício



Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

m) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes
Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".
Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes", líquidos por natureza, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

n) Arrendamento mercantil
A definição de um acordo como arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.
A Companhia como arrendatária
Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa do exercício.
Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nas lojas.
Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.
Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.
Os contingentes são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos. **A Companhia como arrendadora**
Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de alugueis.
Os alugueis contingentes são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos. **Provisões**
As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas subsidiárias têm a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando o julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os percentuais e montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

3) Tributação
Imposto de renda e contribuição social correntes
O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.
A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.
Imposto de renda e contribuição social diferidos
A Companhia reconhece os créditos tributários e passivos gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferidos ativo referente à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.
São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias. O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que de deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferido. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são revertidos na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.
Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.
Outros impostos
As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), e são apresentados líquidos da receita de vendas.
As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal - nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.
Combinações de negócios
Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, o adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.
Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.
Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.
Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes.
O ativo é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.
Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ativo adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades. Em casos nos quais o ativo faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ativo associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ativo assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.
Plano de pensão
O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais em relação ao saldo dos ativos do plano.
Programas de fidelidade de cliente
São utilizados pela Companhia para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia concede créditos aos clientes. O cliente pode resgatar os créditos sem custo, na forma de desconto no valor dos produtos ou serviços, em compras subsequentes.
A Companhia estima o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade "Programa Mais", aplicando técnicas estatísticas, considerando o prazo de vencimentos dos pontos de dois anos conforme definido no regulamento, os percentuais de conversão de pontos em descontos, e o custo de conversão dos pontos que se inicia pela conversão de 3.000 pontos por R\$20,00 (Vinte reais) em produtos.
A Companhia reconhece os pontos inicialmente concedidos e a reversão de pontos expirados na receita líquida.

4) Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.
Receitas antecipadas
As receitas antecipadas são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias junto aos parceiros comerciais.
Patrimônio líquido
As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.
Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do Patrimônio Líquido, e permanente registra como ações em tesouraria até as ações sejam canceladas ou resgatadas. Quando essas ações são posteriormente emitidas, o eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no Patrimônio Líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.
Pagamento baseado em ações
Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia e suas subsidiárias) podem receber remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").
Operações liquidadas com ações
O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas relacionadas com as operações liquidadas com ações são reconhecidas até a data da aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.
A despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.
Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.
Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

5) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes
Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC
Os seguintes novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos, aplicáveis à Companhia, foram emitidos pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1 de janeiro de 2013.
IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações financeiras consolidadas - A IFRS 10 substitui o SIC 12 e a IAS 27 e incentiva o tratamento de controle que se aplica às demonstrações financeiras quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A Companhia avaliou se a conclusão sobre a consolidação de suas subsidiárias pelo IFRS 10 é diferente da adotada pela Companhia em 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, conforme IAS 27 e SIC 12. A Companhia concluiu que a adoção do IFRS 10 não altera a consolidação de suas subsidiárias e, portanto não há impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
IFRS 11/CPC 19 (R2): Negócios em conjunto - A IFRS 11 substituiu o SIC 13 e IAS 31 e se aplica aos negócios e contratos controlados em conjunto. De acordo com essa norma, negócios e contratos controlados em conjunto com outros acionistas são classificados como negócios em conjunto. O tratamento contábil dependerá da classificação do negócio em conjunto celebrado, podendo ser reconhecido pelo método da equivalência patrimonial (*joint ventures*), ou pela consolidação de seus interesses em ativos, passivos, receitas e despesas contribuído à operação em conjunto (*joint operation*). A Companhia avaliou se a conclusão sobre o tratamento contábil dado aos negócios em conjunto que participa pelo IFRS 11 é diferente da adotada pela Companhia em 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, conforme IAS 31 e SIC 13. O reconhecimento contábil para as operações em conjunto segundo o IFRS 11 é o mesmo tratamento contábil adotado para as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Não há impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 pela adoção do IFRS 11.
IFRS 12/CPC 45: Divulgação de participações em outras entidades - IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos e tenham acesso a informações sobre as demonstrações financeiras dessas participações. As divulgações incluídas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 atendem aos requisitos do IFRS 12.
IFRS 13/CPC 46: Mensuração do valor justo - A IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). As divulgações incluídas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 atendem aos requisitos do IFRS 13.
Não existem outras normas e interpretações emitidas e vigentes que impactam significativamente o resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.
Normas publicadas ainda não vigentes
A Companhia adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração (CPC 38, 39 e 40) - introduz novos requerimentos de classificação e divulgação de ativos financeiros e passivos financeiros. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos, e o reconhecimento do valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo como "Outros resultados abrangentes" observando certos critérios. Esta norma passa a vigorar para exercícios

soais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia fará revisão detalhada de seus passivos financeiros registrados ao valor justo para avaliar os efeitos resultantes de sua adoção.
Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação (CPC 39) - adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.
O IASB emitiu esclarecimentos e alterações para as normas e interpretações de IFRS. A seguir descreveremos as principais emendas:
Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento - definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através de resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas, além do requerimentos de divulgação. Esta alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeitos como resultado de sua adoção.
IAS 36 - Impairment de ativos (CPC 01) - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção.
IAS 39 - Impairment de ativos - adiciona orientações esclarecedoras que não há necessidade de descontinuar "hedge accounting" se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. Essa alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.
IFRIC 21 - Taxas - fornece orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de uma taxa imposta pelo governo, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, e a Companhia está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção.
Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas
Julgamentos, estimativas e premissas
A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidênciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:
Compromissos de arrendamento mercantil financeiro - a Companhia como arrendatária
A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e das condições dos contratos, que retém a totalidade dos riscos e das recompensas significativas da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.
Redução do valor recuperável - "Impairment"
Conforme método divulgado na nota 4 (i), a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de provisão.
O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às Unidades Geradoras de Caixa - UGC (lojas). Os passos do teste foram os seguintes:
Passo 1: comparou-se o valor contábil das UGC's com um múltiplo de venda (15% a 30%), representativo de transações entre empresas de varejo. Para as UGC's com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2;
Passo 2: Preparamos fluxo de caixa descontado da UGC, utilizando crescimento de Vendas entre 6,5% e 6,7% para os próximos 5 anos, taxa de desconto utilizada foi 10,8%.
Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ativo adquirido por meio de combinações de negócios e licenças com vidas indefinidas foi alocado a quatro unidades geradoras de caixa, que também são segmentos operacionais que divulgam informações, sendo Varejo, Eletro, Atacado de Autoserviços e Comércio Eletrônico.
O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,8% (10,8% em 31 de dezembro de 2012), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,5% (6,7% em 31 de dezembro de 2012). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução do valor recuperável de ativos.
A marca do atacado de Autoserviços refere-se a "ASSAI", e as marcas do eletro referem-se a "PONTO FRIO" e "CASAS BAHIA". Essas marcas foram registradas por ocasião das combinações de negócio efetuadas com as empresas que detinham o direito sobre elas.
O valor foi submetido a teste de recuperação de ativos através da metodologia de *Income approach* - *Relief from Royalty*, que consiste na determinação do valor de um ativo mensurando o valor presente dos benefícios futuros. Dado a vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento perpétuo de 6,5%. A taxa de royalty utilizada foi 0,4% para marca "ASSAI", 0,7% para o "PONTO FRIO" e 0,9% para "CASAS BAHIA".

Impactos sobre a renda
Então naturalmente a complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.
São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferidos temporários, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os créditos tributários possam ser compensados.
A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.
Os prejuízos fiscais da Companhia e de suas subsidiárias resultam em um benefício fiscal de R\$793.633 em 31 de dezembro de 2013 (R\$796.771 em 31 de dezembro de 2012). Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização conforme definido em lei é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício, e referem-se à Companhia e às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.
A nota explicativa nº 22 fornece outros detalhes sobre impostos.
Plano de juros dos derivativos e outros instrumentos financeiros
Quando não é possível obtê-lo em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 38 (IAS 39), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.
O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e em datas dos balanços. Os valores dos instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, ele é determinado usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos *inputs* tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

7) Pagamentos baseados em ações
A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento baseado em ações estão evidenciados na nota explicativa nº 27 (f).
Provisão para demandas judiciais
A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos vide nota explicativa nº 24. As provisões para demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração da Companhia concluiu que as provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A subsidiária Via Varejo possui saldos a receber de vendas efetuadas por meio de carnês, cuja estimativa de perda sobre esta carteira é efetuada de acordo com um percentual esperado, que é obtido através da observação do comportamento das carteiras nos últimos meses.
Impostos a Recuperar
A Companhia e suas subsidiárias tem saldos de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária - ST, PIS e Cofins. A realização destes impostos é efetuada tendo-se como base as projeções de crescimento, questões operacionais e consumo de créditos pelas empresas do Grupo. Vide nota 12 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Taxa (a)	Controladora		Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Caixa e contas bancárias	115.112	230.183	343.114	490.616	
Aplicações financeiras:					
Itaú BBA	100,9%	527.521	370.448	778.881	1.430.672
Itaú - Fundo Delta	101,6%	5.115	706.458	181.384	1.831.692
Banco do Brasil	100,8%	206.246	722.665	1.425.957	1.376.813
Bradesco	101,0%	824.736	684.409	2.051.130	1.496.352
Santander	102,0%	322.548	61.744	995.568	62.692
CEF	101,0%	99.031	3.046	732.424	4.104
Votorantim	102,3%	1.011.436	2.196	439.082	5.850
Safra	101,7%	356.477	83.873	645.197	337.982
Credit Agricole	102,4%	127.783	-	362.996	-
BNP	101,1%	105.100	-	278.469	-
Outros	(b)	60.167	25.309	131.974	49.778
		2.851.220	2.890.331	8.367.176	7.086.251

8. Contas a receber

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Administradoras de cartões de crédito (a)		
Tickets de vendas	92.554	146.114
Financiamento ao consumidor - CDCI (b)	148.101	144.227
Vendas a crédito - cheques pré-dados	2.076	2.537
Contas a receber de clientes do negócio atacado	-	-
Contas a receber - FIDCs	-	-
Cartão de crédito próprio	-	928.225
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13 a)	13.545	12.356
Contas a receber presente (c)	105.047	192.430
Contas a receber de liquidação duvidosa (d)	(2.600)	(81)
Contas a receber de fornecedores	13.000	4.441
Outras contas a receber de clientes	-	-
Circulante	312.471	492.642
Financiamento ao consumidor - CDCI (b)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	-	-
Não circulante	-	-
	312.471	492.642

8. Contas a receber
Administradoras de cartões de crédito (a)
A Companhia e suas subsidiárias vendem os recebíveis de cartão de crédito para bancos ou administradoras de cartões de crédito sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada para obtenção de capital de giro.
Tendo em vista a reestruturação dos fundos de recebíveis utilizados anteriormente para cessão de carteira de cartões a receber com cartão de crédito, descritas na nota explicativa nº 9, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas subsidiárias venderam seus recebíveis de operadoras de cartão de crédito no valor de R\$29.698.080 (R\$27.090.485 em 31 de dezembro de 2012), diretamente a operadoras ou bancos, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada.
Financiamento ao consumidor (CDCI) - Via Varejo
Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por intermédio (CDCI) que

podem ser parcelados em até 24 meses, entretanto, o prazo mais utilizado é inferior a 12 meses.
A Via Varejo mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (vide nota explicativa nº 19).
Ajuste a valor presente
A taxa de desconto utilizada pela subsidiária Via Varejo, nas operações da bandeira "Casas Bahia" considera avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 essas taxas eram, em média, de 0,72% ao mês (0,72% ao mês em 31 de dezembro de 2012).

9) Despesas gerais e administrativas
As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e atividades financeiras.
(v) Outras despesas operacionais líquidas
As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o exercício que não se enquadram na definição das demais rubricas da demonstração do resultado.
(vi) Resultado financeiro
As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.
As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

9. Contas a receber

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Administradoras de cartões de crédito (a)		
Tickets de vendas	92.554	146.114
Financiamento ao consumidor - CDCI (b)	148.101	144.227
Vendas a crédito - cheques pré-dados	2.076	2.537
Contas a receber de clientes do negócio atacado	-	-
Contas a receber - FIDCs	-	-
Cartão de crédito próprio	-	928.225
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13 a)	13.545	12.356
Contas a receber presente (c)	105.047	192.430
Contas a receber de liquidação duvidosa (d)	(2.600)	(81)
Contas a receber de fornecedores	13.000	4.441
Outras contas a receber de clientes	-	-
Circulante	312.471	492.642
Financiamento ao consumidor - CDCI (b)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	-	-
Não circulante	-	-
	312.471	492.642

10. Contas a pagar

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Administradoras de cartões de crédito (a)		



Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
No início do exercício	(81)	–	(198.480)	(217.968)
Provisão registrada no exercício	(2.729)	(81)	(475.857)	(324.462)
Baixas de contas a receber	210	–	435.284	343.950
No fim do exercício	(2.600)	(81)	(228.053)	(198.480)
Circulante	(2.600)	(81)	(228.733)	(189.492)
Não circulante	–	–	(10.320)	(8.988)

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

		Títulos vencidos			
		<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31/12/2013	2.869.618	2.565.483	162.755	56.635	36.265
31/12/2012	2.953.058	2.775.925	91.796	32.820	21.823

9. Fundos de securitização de recebíveis
Devido a mudanças na política de desconto de recebíveis, foram negociadas mudanças nos fundos de recebíveis anteriormente existentes.

a) PAFIDC: Alteração no regulamento do PAFIDC aprovada na Assembleia Geral de Quotistas de 21 de dezembro de 2012, na qual a Companhia deixou de possuir qualquer participação ou obrigação com o Fundo. O Fundo teve sua razão social alterada, passando a se denominar Multicredit FIDC e deixou de deter, exclusivamente, recebíveis de GPA.

b) Glóbox FIDC: As operações de desconto de recebíveis com cartão de crédito através do Glóbox FIDC foram encerradas em 14 de dezembro de 2012, em comum acordo com os quotistas Sênior. Desta forma, as quotas seniores foram pagas aos quotistas pelo Fundo e em 31 de dezembro de 2012, remanesça no Fundo saldo de caixa e obrigações em contrapartida a quotas subordinadas que foram integralmente resgatadas, concluindo assim o processo de liquidação do Fundo, durante o primeiro trimestre de 2013.

Com esta reestruturação a Companhia e a Via Varejo passaram a realizar a operação de venda de recebíveis, conforme descrito na nota explicativa nº 8 (a).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber referente à venda de ativo imobilizado	16.609	11.345	55.320	78.821
Verba cooperada com fornecedores (b)	–	–	20.556	51.939
Adiantamento de aluguel	12.521	7.839	41.616	10.396
Valores a receber - Audax	7.491	–	13.028	–
Valores a ressarcir	25.871	12.274	106.269	93.100
Contas a receber por serviços prestados	–	–	2.368	5.127
Aluguéis a receber	15.455	13.110	22.346	17.630
Contas a receber - Paes Mendonça (a)	–	–	514.615	484.008
Rede Duque (nota 15)	–	–	49.255	–
Outras	1.281	2.313	31.932	26.849
	79.228	46.881	857.302	767.870
Circulante	47.890	21.141	227.367	211.473
Não circulante	31.338	25.740	629.935	556.397

(a) Contas a receber - Paes Mendonça
As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são atualizadas monetariamente (Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M) e garantidas por direitos de locação comercial ("Fundo de Comércio") de certas lojas atualmente operadas pela Companhia, Novasoc, Sendas e pela Xantocarpa. O vencimento das contas a receber está vinculado aos contratos de arrendamento, os quais venceram em 2014 e foram mantidas no ativo não circulante devido a sua possibilidade de conversão em fundo de comércio das lojas alugadas.

(b) Verba cooperada a receber de fornecedores
A verba cooperada a receber de fornecedores é decorrente do atendimento a volume de compras, proibição de preços, bem como parte de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade.

Em 30 de junho de 2013, a Via Varejo alterou a negociação com os fornecedores de mercadorias e serviços para que a liquidação destes valores ocorra através de redução do saldo a pagar. Dessa forma, a verba cooperada com fornecedores no montante de R\$ 58.508 foi classificada em 31 de dezembro de 2013 na conta de fornecedores. A reclassificação não altera os saldos de 31 de dezembro de 2012, uma vez que os novos contratos foram assinados em 2013.

11. Estoques
Lojas
Centrais de distribuição
Estoques em construção (c)
Bonificações nos estoques (a)
Provisão para obsolescência/perdas e quebras (b)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lojas	1.425.069	1.288.127	3.597.410	2.890.345
Centrais de distribuição	796.061	892.962	2.914.980	3.021.882
Estoques em construção (c)	–	–	172.280	172.280
Bonificações nos estoques (a)	(43.131)	(40.251)	(78.830)	(99.453)
Provisão para obsolescência/perdas e quebras (b)	(12.390)	(8.141)	(52.016)	(53.126)
	2.165.609	2.132.697	6.553.824	5.931.928
Circulante	2.165.609	2.132.697	6.553.824	5.759.648
Não circulante	–	–	172.280	172.280

(a) Bonificações nos estoques
A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem à bonificação se realiza.

(b) Provisão para obsolescência/perdas e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
No início do exercício	(8.141)	(6.780)	(53.126)	(75.809)
Adições	(11.219)	(5.132)	(64.899)	(59.311)
Baixas	6.970	3.771	66.008	81.994
No fim do exercício	(12.390)	(8.141)	(52.016)	(53.126)

(c) Estoques em construção
O valor dos estoques se refere a unidades imobiliárias em construção contabilizadas pelo seu valor justo, que foi calculado na transação de permuta de terreno por unidades imobiliárias, definido com base no valor de mercado das unidades imobiliárias recebidas, observado em transações comparáveis no mercado.

A receita de permuta refere-se à transação na qual GPA M&P cedeu terrenos em troca de unidades imobiliárias dos empreendimentos Thera Faria Lima Pinheiros ("Thera"), Figue e Classic e Carpe Diem, mais uma loja construída no andar térreo do empreendimento Thera Faria Lima Pinheiros. A construção e incorporação estão sendo efetuadas pela Cyrela Polinésia Empreendimentos Imobiliários Ltda., Pitanguerais Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. e Hesa Investimentos Imobiliários Ltda. A receita de permuta corresponde ao valor justo do terreno permutado líquido do seu custo contábil. A entrega das unidades do empreendimento Thera ocorrerá no prazo de 52 meses a partir de 18 de dezembro de 2011, o empreendimento Figue ocorrerá em 29 meses a partir de 4 de abril de 2012 e para os empreendimentos Classic e Carpe Diem a entrega ocorrerá entre 36 e 48 meses a partir de 11 de novembro de 2012. A receita de vendas e o contas a receber são reconhecidos de forma líquida como receita diferida (nota 2b) e quando da entrega do imóvel, o ganho líquido desta transação será reconhecido ao resultado, levando em consideração o saldo dos estoques.

12. Impostos a recuperar
Circulante
ICMS (a)
PIS/COFINS a recuperar
Imposto de renda sobre aplicação financeira
Imposto de renda e contribuição social
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Outros
Total circulante
Não circulante
ICMS (a)
PIS/COFINS a recuperar
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	98.360	129.898	769.086	686.554
ICMS (a)	4.142	21.752	20.242	34.741
PIS/COFINS a recuperar	–	–	–	–
Imposto de renda sobre aplicação financeira	43.112	36.381	50.864	70.157
Imposto de renda e contribuição social	2.420	3.889	31.031	47.842
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	–	–	30.796	29.338
Outros	–	1.794	5.984	2.389
Total circulante	148.034	193.714	907.983	871.021
Não circulante	–	–	–	–
ICMS (a)	279.457	150.333	1.088.787	1.000.076
PIS/COFINS a recuperar	–	–	254.228	150.713
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	71.423	67.318	86.006	80.853
Não circulante	350.880	217.651	1.429.021	1.231.642
	498.914	411.365	2.337.004	2.102.663

(a) A realização do ICMS ocorrerá conforme indicado a seguir:
Em
Até um ano (*)
2015
2016
2017
2018
2019
2020

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Até um ano (*)	98.360	129.898	769.086	686.554
2015	–	–	75.549	438.035
2016	–	–	65.123	280.797
2017	–	–	67.934	294.104
2018	–	–	26.959	28.861
2019	–	–	27.844	29.809
2020	–	–	16.048	17.181
	377.817	250.901	1.857.873	1.817.524

(*) Projeção de realização não considera novos créditos que serão gerados.
Desde o ano de 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas com vistas à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS devido em toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A instituição dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo, baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização destes produtos se findará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém Centros de Distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual faz surgir para a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada unidade da Federação.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, referentes às operações realizadas que geraram à Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação prévia pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que se dá em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo, sujeitos à substituição tributária, tem sido constantemente ampliado, também tem aumentado o crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia.

A Companhia vem realizando tais créditos com a autorização para compensação imediata com aqueles devidos em virtue de sua operação, pela obtenção de Regime Especial, e também pela obediência de outros procedimentos contidos em normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados, foram preparados com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

13. Partes relacionadas
a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Novasoc Comercial	36.386	41.395	–	–
Sé Supermercados	13.166	91.009	–	–
Sendas Distribuidora	49.856	55.121	–	–
Barcelona	2.577	1.865	–	–
Via Varejo	2.197	1.858	–	–
Nova Pontocom (xii)	865	1.182	–	–
	105.047	192.430	–	–

Fornecedores
Controladoras:
Casino (I)
Controladas:
Novasoc Comercial
Sé Supermercados
Sendas Distribuidora
Barcelona
Xantocarpa
Via Varejo
Nova Pontocom (xii)
Coligadas:
FIC
Dunnhumby (xvi)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Casino (I)	681	287	–	–
Novasoc Comercial	20.234	14.627	–	–
Sé Supermercados	2.235	4.526	–	–
Sendas Distribuidora	44.417	12.883	–	–
Barcelona	2.957	2.809	–	–
Xantocarpa	1.356	590	–	–
Via Varejo	3.151	1.936	–	–
Nova Pontocom (xii)	928	1.127	–	–
	10.904	10.905	12.897	13.673
FIC	–	–	–	–
Dunnhumby (xvi)	–	20	–	20

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	–	–	–	62.487
Outras partes relacionadas: Grupo Diniz (iii) (*)	1.706	1.726	1.811	1.858
Globalbev Bebidas e Alimentos (*)	1.051	2.418	285	3.949
Globalfruit	44	759	44	759
BMS Import	–	1.200	–	1.976
Bravo Café	224	212	225	213
Fazenda da Toca Ltda. (xiv) (*)	185	548	205	560
Sykyé Geração Energia (*)	–	127	–	341
Indigo Distribuidora	120	373	406	381
	89.243	57.073	15.873	86.217

(*) Os saldos foram apresentados até a data do término do acordo, conforme nota explicativa nº 1 (a).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Novasoc Comercial (x)	367.091	359.134	–	–
Sé Supermercados (x)	67.541	838.015	–	–
Sendas Distribuidora (x)	388.556	367.007	–	–
Barcelona (x)	213	1.591	–	–
Via Varejo (xi)	210	–	–	–
Nova Pontocom (xii)	625	–	–	–
Nova Casa Bahia	175	19	–	–
Outros	118	–	–	–
	824.529	1.565.766	–	–

Compras
Controladas:
Novasoc Comercial (x)
Sé Supermercados (x)
Sendas Distribuidora (x)
Nova Pontocom (xii)
E-Hub Consult. Particip. e Com. S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Novasoc Comercial (x)	5.304	7.377	–	–
Sé Supermercados (x)	1.888	10.510	–	–
Sendas Distribuidora (x)	242.978	47.490	–	–
Nova Pontocom (xii)	–	19	–	–
E-Hub Consult. Particip. e Com. S.A.	1.992	1.895	–	–

Negócios em conjunto:
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)
Outras partes relacionadas:
Globalbev Bebidas e Alimentos (*)
Globalfruit
Bravo Café
Sykyé Geração de Energia (vii) (*)
Fazenda da Toca Ltda. (xiv) (*)
BMS Import.
Indigo Distribuidora

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Globalbev Bebidas e Alimentos (*)	7.021	14.746	7.840	17.465
Globalfruit	4.171	3.288	4.298	3.289
Bravo Café	1.224	1.604	1.224	1.615
Sykyé Geração de Energia (vii) (*)	10.273	14.714	21.249	24.563
Fazenda da Toca Ltda. (xiv) (*)	4.536	6.128	5.617	6.958
BMS Import.	–	1.369	–	1.369
Indigo Distribuidora	3.171	2.620	3.374	3.352
	282.558	111.760	481.886	508.003

(*) Os saldos foram apresentados até a data do término do acordo, conforme nota explicativa nº 1 (a).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de Bartira, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

Em reais mil	01/11/2013
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	980
Estoques	50.925
Imposto de renda diferido	4.142
Outros	39.862
Imobilizado	138.516
Intangível	82.383
Ativos adquiridos	316.808
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	(18.676)
Materiais e serviços	(62.388)
Provisão para contingências	(119.178)
Outros	(17.951)
Passivos assumidos	(218.193)
Ativos líquidos identificáveis	98.615
Contraprestação transferida	212.273
Valor justo da opção de compra detida	314.457
Valor justo da participação anteriormente detida	175.576
Ágio gerado na aquisição	603.691

Para fins da demonstração de fluxo de caixa consolidada, o valor pago deve ser deduzido do caixa líquido adquirido. Sendo assim, o valor apresentado será R\$212.273 reduzido de 75% do equivalente de caixa da Bartira, o que totaliza R\$211.538. O ágio gerado na aquisição foi integralmente alocado no segmento eletro.

Mensuração subsequente - alocação provisória do preço de compra

A aquisição de controle da Bartira foi contabilizada segundo o método de aquisição, em concordância com o CPC 15 (IFRS 3R). Em cumprimento a este pronunciamento, a Companhia irá concluir a coleta de dados e a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos em 1 de novembro de 2013 nos 12 meses a contar da data da combinação de negócios. A Companhia não espera que exista mudanças significativas na avaliação dos ativos líquidos adquiridos e dos intangíveis já identificados.

Os resultados de Vendas da Bartira são eliminados contra o Custo das Mercadorias Vendidas, uma vez que as vendas são 100% com Via Varejo. Efeitos remanescentes consolidados não são significativos.

16. Imobilizado	Saldo em 31/12/2011	Adições	Depreciação	Incorporação (*)	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2012
Controladora							
Terenos	806.089	91.288	-	40.010	-	219.899	1.157.286
Edifícios	1.960.871	13.591	(59.721)	51.314	(5.547)	5.444	1.965.952
Beneficiárias em imóveis de terceiros	1.096.368	71.765	(80.045)	68.683	(1.217)	233.763	1.389.317
Máquinas e equipamentos	513.805	170.285	(101.655)	37.709	(5.131)	70.473	685.486
Instalações	110.421	20.735	(12.105)	7.646	(594)	11.232	137.335
Móveis e utensílios	208.921	71.927	(27.716)	13.265	(1.880)	(2.751)	261.766
Veículos	18.700	14.342	(5.175)	1.750	(10.740)	1.168	20.045
Imobilizado em andamento	259.165	413.380	-	2.101	(33)	(564.297)	110.316
Outros	36.196	40.290	(9.215)	2.819	(69)	(31.763)	38.258
Total	5.010.536	907.603	(295.632)	225.297	(25.211)	(56.832)	5.765.761

Arrendamento mercantil financeiro	Saldo em 31/12/2011	Adições	Depreciação	Incorporação (*)	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2012
Equipamentos de informática	42.472	-	(12.142)	-	-	-	30.330
Edifícios	21.605	-	(942)	-	-	-	20.663
Outros	64.077	-	(13.084)	-	-	-	50.993
Total	127.154	-	(25.168)	-	-	-	101.986

Total	Saldo em 31/12/2011	Adições	Depreciação	Incorporação (*)	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2012
Terenos	1.157.286	35.486	-	(4.929)	-	10.625	1.198.468
Edifícios	1.965.952	38.339	(62.346)	(22)	(13.221)	1.928.702	
Beneficiárias em imóveis de terceiros	1.389.317	21.879	(103.556)	(2.778)	208.716	1.513.578	
Máquinas e equipamentos	685.486	216.019	(124.927)	(15.153)	4.222	765.647	
Instalações	137.335	19.073	(14.422)	(112)	14.032	155.906	
Móveis e utensílios	261.766	70.631	(37.195)	(2.074)	344	293.472	
Veículos	20.045	9.374	(4.563)	(6.939)	-	17.917	
Imobilizado em andamento	38.258	18.731	(11.121)	(72)	(7.941)	37.855	
Outros	5.765.761	668.866	(358.130)	(32.290)	(1.602)	6.042.605	

Arrendamento mercantil financeiro

Equipamentos de informática	30.330	-	(10.604)	(7.109)	-	-	12.617
Edifícios	20.663	-	(1.070)	-	-	-	19.593
Outros	50.993	-	(11.674)	(7.109)	-	-	32.210
Total	101.986	-	(23.348)	(14.818)	-	-	68.820

(*) Refere-se à reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1c)

	Saldo em 31/12/2013			Saldo em 31/12/2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terenos	1.198.468	-	1.198.468	1.157.286	-	1.157.286
Edifícios	2.770.650	(841.948)	1.928.702	2.748.229	(782.277)	1.965.952
Beneficiárias em imóveis de terceiros	2.649.493	(1.135.915)	1.513.578	2.419.833	(1.030.516)	1.389.317
Máquinas e equipamentos	1.701.269	(935.622)	765.647	1.541.610	(856.124)	685.486
Instalações	364.411	(208.505)	155.906	333.717	(196.382)	137.335
Móveis e utensílios	668.947	(375.475)	293.472	610.406	(348.640)	261.766
Veículos	27.158	(9.241)	17.917	30.208	(10.163)	20.045
Imobilizado em andamento	131.060	-	131.060	110.316	-	110.316
Outros	92.998	(55.133)	37.865	82.188	(43.930)	38.258
Total	9.604.444	(3.561.839)	6.042.605	9.033.793	(3.268.032)	5.765.761

	Saldo em 31/12/2013			Saldo em 31/12/2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terenos	1.198.468	-	1.198.468	1.157.286	-	1.157.286
Edifícios	2.770.650	(841.948)	1.928.702	2.748.229	(782.277)	1.965.952
Beneficiárias em imóveis de terceiros	2.649.493	(1.135.915)	1.513.578	2.419.833	(1.030.516)	1.389.317
Máquinas e equipamentos	1.701.269	(935.622)	765.647	1.541.610	(856.124)	685.486
Instalações	364.411	(208.505)	155.906	333.717	(196.382)	137.335
Móveis e utensílios	668.947	(375.475)	293.472	610.406	(348.640)	261.766
Veículos	27.158	(9.241)	17.917	30.208	(10.163)	20.045
Imobilizado em andamento	131.060	-	131.060	110.316	-	110.316
Outros	92.998	(55.133)	37.865	82.188	(43.930)	38.258
Total	9.604.444	(3.561.839)	6.042.605	9.033.793	(3.268.032)	5.765.761

	Saldo em 31/12/2013			Saldo em 31/12/2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de informática	31.687	(19.070)	12.617	58.703	(28.373)	30.330
Edifícios	34.448	(14.855)	19.593	34.447	(13.784)	20.663
Outros	66.135	(33.925)	32.210	93.150	(42.157)	50.993
Total	9.670.579	(3.595.764)	6.074.815	9.126.943	(3.310.189)	5.816.754

	Saldo em 31/12/2013			Saldo em 31/12/2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terenos	1.198.468	-	1.198.468	1.157.286	-	1.157.286
Edifícios	2.770.650	(841.948)	1.928.702	2.748.229	(782.277)	1.965.952
Beneficiárias em imóveis de terceiros	2.649.493	(1.135.915)	1.513.578	2.419.833	(1.030.516)	1.389.317
Máquinas e equipamentos	1.701.269	(935.622)	765.647	1.541.610	(856.124)	685.486
Instalações	364.411	(208.505)	155.906	333.717	(196.382)	137.335
Móveis e utensílios	668.947	(375.475)	293.472	610.406	(348.640)	261.766
Veículos	27.158	(9.241)	17.917	30.208	(10.163)	20.045
Imobilizado em andamento	131.060	-	131.060	110.316	-	110.316
Outros	92.998	(55.133)	37.865	82.188	(43.930)	38.258
Total	9.604.444	(3.561.839)	6.042.605	9.033.793	(3.268.032)	5.765.761

	Saldo em 31/12/2013			Saldo em 31/12/2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos	27.941	-	(3.819)	-	(433)	(469)
Hardware	105.085	3.177	(30.005)	-	982	17
Instalações	861	-	(110)	-	(26)	320
Móveis e utensílios	10.147	-	(1.388)	-	(246)	223
Veículos	14.064	-	(102)	-	(3.793)	86
Edifícios	26.927	-	(1.328)	-	-	1
Outros	185.025	3.177	(36.752)	-	(3.516)	178
Total	7.358.250	1.453.337	(595.982)	1.002	(73.533)	(28.576)

	Saldo em 31/12/2013			Saldo em 31/12/2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos	23.220	(3)	(2.906)	-	(11)	(682)
Hardware	79.256	(28.899)	-	(8.106)	1.392	43.643
Instalações	1.045	(123)	-	(9)	12	934
Móveis e utensílios	8.736	(1.067)	-	(9)	60	7.720
Veículos	10.255	(57)	-	(7.201)	(1.894)	1.103
Edifícios	25.600	-	(1.457)	-	-	24.143
Outros	148.112	(3)	(34.509)	-	(15.327)	(1.112)
Total	8.114.498	1.623.437	(641.981)	122.076	(132.896)	(31.534)

O saldo da coluna de transferência está impactado principalmente por: (i) pela aquisição de ativos intangíveis que permanecem em andamento até sua capitalização e (ii) transferência de imobilizado no montante de R\$30.190, relativo aos ativos das lojas que deverão ser alienadas, conforme nota explicativa 1 (e).

(**) A aquisição de subsidiária está relacionada a aquisição da controlada Bartira, conforme nota explicativa 15 (b).

	Saldo em 31/12/2013			Saldo em 31/12/2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terenos	1.411.882	-	1.411.882	1.264.764	-	1.264.764
Edifícios	2.921.600	(905.148)	2.016.452	2.906.108	(849.678)	2.056.430
Beneficiárias em imóveis de terceiros	4.396.106	(1.608.764)	2.787.342	3.698.557	(1.454.697)	2.243.860
Máquinas e equipamentos	2.809.446	(1.365.012)	1.444.434	2.243.454	(1.135.776)	1.107.678
Instalações	360.753	(304.882)	325.871	567.033	(281.699)	285.334
Móveis e utensílios	1.033.295	(505.785)	527.510	981.198	(486.827)	494.371
Veículos	231.440	(64.859)	166.581	300.629	(70.839)	229.790
Imobilizado em andamento	204.631	445.867	-	9.039	(394)	(450.183)
Outros	79.528	36.287	(21.700)	(19,249)	(111)	(7,348)
Total	7.966.386	1.623.440	(607.472)	122.076	(117,569)	(30,422)

	Saldo em 31/12/2013			Saldo em 31/12/2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos	36.473	(16.855)	19.618	37.051	(13.831)	23.220
Hardware	182.516	(138.873)	43.643	152.194	(72.938)	79.256
Instalações	1.858	(924)	934	1.859	(814)	1.045
Móveis e utensílios	15.147	(7,427)	7,720	14,897	(6,161)	8,736
Veículos	1,746	(643)	1,103	12,800	(2,545)	10,255
Edifícios	43,403	(19,260)	24,143	43,401	(17,801)	25,600
Outros	281,143	(183,982)	97,161	262,202	(114,090)	148,112
Total	14,083,137	(5,029,537)	9,053,600	12,580,840	(4,466,342)	8,114,498

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado, dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa nº 24 (h).



Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Movimentação das debêntures em circulação

	Quantidade de debêntures	
	Valor	Valor
Em 31 de dezembro de 2012	459.075	4.409.797
Juros e swap provisionados	-	352.683
Amortizações	(177.965)	(919.043)
Em 31 de dezembro de 2013	281.110	3.843.437

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações e não possuem garantia, exceto para as emissões das subsidiárias, em que a Companhia ofereceu o aval.

A forma de amortização dessas debêntures varia de acordo com a emissão. As seguintes modalidades de amortização são previstas: (i) pagamento exclusivo no vencimento (incluindo todas as séries da Nova Pontocom e a 9ª emissão da CBD); (ii) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração anual (10ª emissão da CBD); (iii) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração semestral (11ª emissão da GPA, 3ª emissão da Via Varejo e 1ª emissão da NCB), incorporada por Via Varejo; (iv) parcelas anuais (6ª série da CBD) e pagamentos semestrais a partir do 4º aniversário da emissão; e (v) pagamentos e remuneração semestrais a partir do 3º aniversário da emissão (8ª emissão da CBD).

As emissões 8ª, 9ª, 10ª e 11ª, têm direito a resgate antecipado a qualquer tempo de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão. A 6ª emissão, e a 3ª emissão da Via Varejo só poderão ser resgatadas a partir do 18º mês. As emissões da NCB, incorporadas por Via Varejo e da Nova Pontocom não preveem o resgate antecipado.

O GPA tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas, exceto no caso da Nova Pontocom. Esses índices são calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/Ebitda menor ou igual a 3,25 efetivo em 31 de dezembro de 2013 foi de 0,34). Em 31 de dezembro de 2013, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

20. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando à manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)	2.851.220	2.890.331	2.851.220	2.890.331
Caixa e equivalentes de caixa	391.699	539.523	391.699	539.523
Contas a receber e outras contas a receber	646.478	1.538.567	646.478	1.538.567
Partes relacionadas - ativo (*)	-	-	-	-
Passivos financeiros:				
Custo amortizado	(2.224.015)	(2.246.087)	(2.224.015)	(2.246.087)
Partes relacionadas - passivo (*)	(2.631.704)	(2.357.379)	(2.631.704)	(2.357.379)
Fornecedores	(48.161)	(88.181)	(48.161)	(88.181)
Financiamento por compra de ativo	(3.027.180)	(3.492.067)	(3.025.684)	(3.495.985)
Debêntures	(1.571.396)	(1.631.170)	(1.641.991)	(1.723.551)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	(517.785)	(1.198.951)	(517.785)	(1.198.951)
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	(6.130.844)	(6.045.414)	(6.199.943)	(6.141.713)
Exposição líquida	-	-	-	-

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)	2.851.220	2.890.331	2.851.220	2.890.331
Caixa e equivalentes de caixa	391.699	539.523	391.699	539.523
Contas a receber e outras contas a receber	646.478	1.538.567	646.478	1.538.567
Partes relacionadas - ativo (*)	-	-	-	-
Passivos financeiros:				
Custo amortizado	(2.224.015)	(2.246.087)	(2.224.015)	(2.246.087)
Fornecedores	(2.631.704)	(2.357.379)	(2.631.704)	(2.357.379)
Financiamento por compra de ativo	(48.161)	(88.181)	(48.161)	(88.181)
Debêntures	(3.027.180)	(3.492.067)	(3.025.684)	(3.495.985)
Empréstimos e financiamentos	(1.571.396)	(1.631.170)	(1.641.991)	(1.723.551)
Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	(517.785)	(1.198.951)	(517.785)	(1.198.951)
Exposição líquida	(6.130.844)	(6.045.414)	(6.199.943)	(6.141.713)

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)	8.367.176	7.086.251	8.367.176	7.086.251
Caixa e equivalentes de caixa	24.453	24.453	24.453	24.126
Aplicação financeira avaliada a valor justo	3.487.125	3.522.448	3.504.048	3.526.179
Contas a receber e outras contas a receber	172.836	178.420	172.836	178.420
Partes relacionadas - ativo (*)	-	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	-	359.057	-	359.057
Opções de compra/venda	-	-	-	-
Passivos financeiros:				
Custo amortizado	(32.621)	(80.399)	(32.621)	(80.399)
Partes relacionadas - passivo (*)	(8.547.544)	(6.240.356)	(8.547.544)	(6.240.356)
Fornecedores	(48.161)	(88.181)	(48.161)	(88.181)
Financiamento por compra de ativo	(3.843.437)	(4.409.797)	(3.839.608)	(4.402.206)
Debêntures	(5.091.922)	(4.342.993)	(5.205.890)	(4.496.755)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	(557.909)	(1.739.464)	(557.909)	(1.739.464)
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	(6.069.262)	(5.755.014)	(6.132.220)	(5.899.454)
Exposição líquida	-	-	-	-

(*) As operações com partes relacionadas são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa 20 (b) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A classificação da hierarquia dos ativos e passivos a valor justo está descrito na nota explicativa 20 (c).

a)

Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos a seguir: (i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê de Fluxo de Caixa da Companhia, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados (vide nota explicativa nº 7).
- Contas a receber: o risco de crédito relativo ao caixa a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia e suas controladas serem realizadas por meio de cartões de crédito, e efetua operação de venda desses recebíveis junto aos bancos e administradoras de cartões de créditos, com o objetivo de prover-se de capital de giro. Essa venda proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefício e controle sobre tais ativos.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.
- Vendas financiadas CDCI são as vendas feitas através de acordos operacionais (linhas de crédito) com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para concessão de financiamentos CDCI aos seus clientes, por meio de intervenção em suas respectivas instituições financeiras, com o objetivo de viabilizar e fomentar a venda de mercadorias nos seus estabelecimentos comerciais. Nessa modalidade de venda, a Companhia tem responsabilidade final pela liquidação do financiamento e pelo risco de crédito da operação.
- Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores à 5% das contas a receber ou receitas, respectivamente.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente esse efeito.

(iii) Risco da taxa de câmbio

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas subsidiárias utilizam-se de derivativos, tais como swaps, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

(iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos	5.116.361	6.322.188	9.493.268	10.492.254
Caixa e equivalentes de caixa	(2.851.220)	(2.890.331)	(8.367.176)	(7.086.251)
Dívida líquida	2.265.141	3.431.857	1.126.092	3.406.003
Patrimônio líquido	9.483.190	8.494.725	12.711.964	11.067.951
Patrimônio líquido e dívida líquida	11.748.331	11.926.582	13.838.056	14.473.954

(v) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

	Controladora			
	Menos de 1 ano		Mais de 5 anos	
	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.051.970	1.239.210	-	2.291.189
Debêntures	1.253.784	2.188.397	-	3.442.181
Instrumentos financeiros derivativos	(84.218)	(13.612)	-	(97.830)
Arrendamento mercantil financeiro	39.390	110.852	22.502	167.284
31 de dezembro de 2013	2.255.466	3.524.856	22.502	5.802.824

	Controladora			
	Menos de 1 ano		Mais de 5 anos	
	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	888.439	2.111.787	149.876	3.150.102
Debêntures	727.053	3.323.809	-	4.050.862
Instrumentos financeiros derivativos	(16.219)	(81.335)	-	(97.564)
Arrendamento mercantil financeiro	54.023	121.046	44.485	219.554
31 de dezembro de 2012	1.653.296	5.475.307	194.361	7.322.964

	Consolidado			
	Menos de 1 ano		Mais de 5 anos	
	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	4.045.687	1.783.679	18.889	5.848.255
Debêntures	1.539.388	2.837.356	-	4.376.744
Instrumentos financeiros derivativos	(96.763)	(13.613)	-	(110.376)
Arrendamento mercantil financeiro	75.042	175.729	51.901	302.672
31 de dezembro de 2013	5.563.354	4.783.151	70.790	10.417.295

	Consolidado			
	Menos de 1 ano		Mais de 5 anos	
	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	3.561.672	2.669.235	149.876	6.380.983
Debêntures	897.675	4.225.743	-	5.123.400
Instrumentos financeiros derivativos	(11.345)	(87.647)	-	(98.992)
Arrendamento mercantil financeiro	74.373	143.868	49.992	268.233
31 de dezembro de 2012	4.522.557	6.951.199	199.868	11.673.624

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor de referência dos contratos era de R\$534.260 (R\$1.144.050 em 31 de dezembro de 2012). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas preferenciais, realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

Os derivativos da Companhia contratados em data anterior a 31 de dezembro de 2008 eram medidos pelo valor justo no resultado, incluindo: (i) Contratos de swap de dívidas em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) para conversão de taxas de juros fixas e moedas estrangeiras para real e taxas de juros locais variáveis (CDI). Não existe saldo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 259.883 em 31 de dezembro 2012), e (ii) são primariamente relativos a debêntures, trocando taxas de juros locais variáveis mais taxas de juros fixas por taxas de juros variáveis (CDI). De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de *swaps* com limitadores (*caps*), margens, cláusulas de arrendamento, duplo indexado, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedge* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilização de cobertura (*hedge accounting*), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano		Mais de 5 anos	
	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.539.388	2.837.356	-	4.376.744
Debêntures	(96.763)	(13.613)	-	(110.376)
Instrumentos financeiros derivativos	75.042	175.729	51.901	302.672
Arrendamento mercantil financeiro	5.563.354	4.783.151	70.790	10.417.295

	Consolidado			
	Menos de 1 ano		Mais de 5 anos	
	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	3.561.672	2.669.235	149.876	6.380.983
Debêntures	897.675	4.225.743	-	5.123.400
Instrumentos financeiros derivativos	(11.345)	(87.647)	-	(98.992)
Arrendamento mercantil financeiro	74.373	143.868	49.992	268.233
31 de dezembro de 2012	4.522.557	6.951.199	199.868	11.673.624

	Consolidado			
	Menos de 1 ano		Mais de 5 anos	
	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	4.045.687	1.783.679	18.889	5.848.255
Debêntures	1.539.388	2.837.356	-	4.376.744
Instrumentos financeiros derivativos	(96.763)	(13.613)	-	(110.376)
Arrendamento mercantil financeiro	75.042	175.729	51.901	302.672
31 de dezembro de 2013	5.563.354	4.783.151	70.790	10.417.295

	Consolidado			
	Menos de 1 ano		Mais de 5 anos	
	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	3.561.672	2.669.235	149.876	6.380.983
Debêntures	897.675	4.225.743	-	5.123.400
Instrumentos financeiros derivativos	(11.345)	(87.647)	-	(98.992)
Arrendamento mercantil financeiro	74.373	143.868	49.992	268.233
31 de dezembro de 2012	4.522.557	6.951.199	199.868	11.673.624

	Consolidado			
	Menos de 1 ano		Mais de 5 anos	
	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	4.045.687	1.783.679	18.889	5.848.255
Debêntures	1.539.388	2.837.356	-	4.376.744
Instrumentos financeiros derivativos	(96.763)	(13.613)	-	(110.376)
Arrendamento mercantil financeiro	75.042	175.729	51.901	302.672
31 de dezembro de 2013	5.563.354	4.783.151	70.790	10.417.295

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia ajuiza e responde a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que há a probabilidade de ser alterado o valor da locação pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2013, o montante da provisão para essas ações é de R\$42.791 (R\$36.112 em 31 de dezembro de 2012), para as quais não há depósitos judiciais.
- A subsidiária Via Varejo é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referente nos aludidos processos perfaz a importância de R\$68.694 em 31 de dezembro de 2013 (R\$43.769 em 31 de dezembro de 2012).

O total das demandas cíveis e outros em 31 de dezembro de 2013 é de R\$175.160 (R\$132.886 em 31 de dezembro de 2012).

f) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R\$7.630.694 em 31 de dezembro de 2013 (R\$6.706.171 em 31 de dezembro de 2012), e são relacionadas principalmente a:

- INSS - A Companhia foi autuada pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, cuja perda possível corresponde a R\$282.853 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 283.245 em 31 de dezembro de 2012). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.
- IRPJ, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto de Renda na Fonte sobre Lucro Líquido - ILL, IPI - A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de obrigações, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão.
- No quarto trimestre de 2012, a Companhia tomou ciência de Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil visando a cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2009, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ativo devida de parte e oriundo de transações entre os acionistas Casino e Abílio Diniz. A Companhia apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda decisão. No segundo trimestre de 2013, a Companhia foi autuada em relação aos anos-calendário 2010 e 2011. Não foi constituída provisão para esse caso, já que, na avaliação dos assessores legais da Companhia, as chances de perda são classificadas parte como possível R\$636.787 em 31 de dezembro de 2013 (R\$300.800 em 31 de dezembro de 2012) e parte como remota.
- Os processos estão aguardando decisão administrativa e judicial. O montante envolvido equivale a R\$1.296.578 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 763.305 em 31 de dezembro de 2012).
- COFINS, PIS e Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF - A Companhia vem sendo questionada sobre pedidos de compensação, cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$982.419 em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.076.782 em 31 de dezembro de 2012).
- ICMS - a Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº 17 do Estado de São Paulo; (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida; (v) decorrentes de vendas financeiras; e (vi) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$4.032.307 em 31 de dezembro de 2013 (R\$3.599.179 em 31 de dezembro de 2012), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como no judicial.
- Imposto sobre Serviço - ISS, Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis - ITBI e outros - Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias e taxas diversas, cujo valor monta R\$339.363 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 325.139 em 31 de dezembro de 2012) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- Outras demandas judiciais - referem-se a processos administrativos e ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado e ações movidas contra a Companhia e suas subsidiárias no âmbito da justiça cível, julgado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor ("PROCON") (em diversas entidades), Instituto de Fidei e Medidas - IFEM, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, totalizando R\$697.174 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 638.521 em 31 de dezembro de 2012).

Eventuais mudanças adversas na expectativa de risco desses processos podem demandar constituição adicional de provisão para demandas judiciais.

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa de certas autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada a um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judicial desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2013 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$3 milhões.

g) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo, valores referentes a depósito judicial.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributárias	59.410	57.847	145.271	137.911
Trabalhistas	321.769	456.921	567.524	738.228
Cíveis e outras	45.834	33.607	101.995	76.155
Total	427.013	548.375	815.190	952.294

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ações				
Imóveis				
Equipamentos	32	4.989.192	5.821.111	Total
Carta de fiança	831.887	3	4.989.192	5.821.111
Tributárias	7.195	3.046	70.939	81.180
Trabalhistas	11.105	1.772	301.564	314.441
Cíveis e outras	850.187	4.850	5.361.695	6.216.732
Total	1.680.174	6.837.063	11.604.301	12.243.474

O custo das garantias é aproximadamente 0,5% do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

h) Provisória 627/13

Em novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminação de Tributações - Transitórias - RTT. A Companhia, apoiada por seus assessores externos, analisou os dispositivos desta MP, as implicações na opção antecipada e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de dezembro de 2013.

Esta análise deverá ser revisada pela Administração quando promulgada a Lei, uma vez que poderão existir ajustes ou alterações em sua redação final.

i) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitas a fiscalizações em períodos que variam entre 5 e 30 anos.

25. Operações de arrendamento mercantil

a) Arrendamento operacional

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Valor bruto de arrendamento mercantil operacional				
Pagamentos mínimos de aluguéis:				
Até 1 ano	404.944	354.816	1.270.330	931.204
De 1 ano a 5 anos	1.315.029	1.101.133	3.873.476	2.579.478
Mais de 5 anos	1.318.415	1.430.996	5.085.869	4.084.681
	3.038.388	2.886.945	10.229.675	7.595.363

Os pagamentos de aluguel mínimo de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis referem-se ao período contratual do curso normal de operação.

Todos os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que varia de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrar esses contratos em 31 de dezembro de 2013, o montante da multa seria de R\$631.515 (R\$863.853 em 31 de dezembro de 2012).

(i) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o exercício	319.131	171.668	452.623	349.424
Pagamentos não contingentes	122.983	90.851	628.175	576.985

(ii) Cláusulas com opção de renovação ou reajuste

Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei de Inquilinato nº 12.122/10. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aluguéis mínimos	339.762	268.251	462.892	433.161
Aluguéis contingentes	111.301	112.917	941.211	750.643
Aluguéis de subarrendamento (*)	(128.152)	(110.151)	(163.945)	(143.967)
	322.911	271.017	1.240.158	1.039.937

(*) Referem-se aos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

b) Recintas antecipadas

A subsidiária Via Varejo recebe antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e a subsidiária Barcelona recebe antecipadamente valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (back lights) para exposição de produtos dos seus fornecedores.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Garantias complementares ou estendidas	30.000	-	471.586	513.003
Contrato Bradesco	-	-	11.395	-
Contrato de permuta	-	-	50.378	32.975
Back lights	-	-	37.027	17.807
	30.000	-	570.386	563.785
Circulante	30.000	-	114.749	92.120
Não circulante	-	-	455.637	471.665

Do valor classificado como não circulante, a Administração estima que os valores sejam reconhecidos ao resultado pela fluência do prazo e pela performance financeira de cada contrato na seguinte proporção:

Em	Controladora	Consolidado
2015	-	126.469
2016	-	93.425
2017	-	76.004
2018	-	57.197
2019	-	30.000
2020	-	55.568
		46.974
		30.000
		455.637

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2013, é representado por 264.453 (263.410 em 31 de dezembro de 2012) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e 164.773 em milhares de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2013 (163.730 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

RS Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ocorreram os seguintes aumentos no capital social:

- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$1.068 mediante a emissão de 41 mil ações preferenciais.

• Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital mediante a capitalização da reserva especial de ágio no montante de R\$7.605 capitalizados sem a emissão de novas ações.

• Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital mediante a capitalização da reserva especial de ágio no montante de R\$30.420 mediante a emissão de 300 mil ações preferenciais.

f) • Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$5.692 mediante a emissão de 237 mil ações preferenciais.

• Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$4.091 mediante a emissão de 304 mil ações preferenciais.

• Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de agosto de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$878 mediante a emissão de 26 mil ações preferenciais.

• Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de outubro de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$1.473 mediante a emissão de 44 mil ações preferenciais.

• Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$3.018 mediante a emissão de 91 mil ações preferenciais.

Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo para fins de cálculo do respectivo valor o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) anterior.

Reserva de capital - reserva especial de ágio

A reserva de capital foi gerada pela reestruturação societária realizada em 2006 consistindo na incorporação da antiga holding da Companhia, resultando em uma economia de imposto de renda diferido ativo no montante de R\$103.398, representando um benefício tributário futuro por meio da amortização de ágio incorporado. A parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício já recebido deve ser capitalizada ao final de cada exercício em benefício dos acionistas controladores, com a emissão de novas ações.

O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção de suas participações, por tipo e classe de ações, na época da emissão, e os montantes pagos pelos não controladores será entregue diretamente ao acionista controlador.

Em AGE realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 200.905 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Deste total, R\$ 40.180 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$ 160.725 foram capitalizados em proveito da Wilkes Participações S.A., nos termos do artigo 7º da instrução nº 319/99 da CVM.

Em AGE realizada em 17 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 38.025 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Deste total, R\$ 7.605 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$ 30.420 foram capitalizados em proveito da Wilkes Participações S.A., nos termos do artigo 7º da instrução nº 319/99 da CVM.

d) Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica "Opções outorgadas" são reconhecidas os efeitos dos pagamentos baseados em ações dos executivos da Companhia nos termos do CPC 10 (IFRS 2) - Pagamentos Baseados em Ações.

e) Reservas de lucros

(i) Reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.

As informações relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Preço		Lote de ações						
	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por demissão	Total em vigor
Série A1 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(841)	(7)	-
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(943)	(7)	-
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(668)	-	-
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(693)	-	-
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(257)	(2)	255
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(118)	(1)	63
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(59)	(11)	229
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(59)	(11)	229
Série A6 - Gold	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	0,01	0,01	526	(66)	(19)	441
Série A6 - Silver	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	64,13	64,13	526	(66)	(19)	441
						5.505	(3.770)	(77)	1.658

Séries outorgadas	Preço		Lote de ações						
	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por demissão	Total em vigor
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(512)	(2)	-
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(182)	(1)	-
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(140)	(14)	145
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(140)	(14)	145
Série A6 - Gold	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	0,01	0,01	526	(171)	(25)	330
Série A6 - Silver	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	64,13	64,13	526	(171)	(25)	330
Série A7 - Gold	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	0,01	0,01	358	(26)	(16)	315
Série A7 - Silver	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	80,00	80,00	358	(26)	(16)	315
						3.062	(1.367)	(113)	1.580

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de administração do plano em 31 de maio de 2013 aprovou que não houve redução e/ou aceleração referente à Série A4.

Em 31 de dezembro de 2013, havia 232.586 ações preferenciais em tesouraria que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano e o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$105,33 para cada ação.

(i) Informações consolidadas planos de opções de compra de ações - GPA

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 2013 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo das séries outorgadas em vigor	264.453	263.410
Percentual máximo de diluição	0,60%	0,63%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de dividendos de 0,88% (0,81% em 31 de dezembro de 2012), (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 28,91% em 31 de dezembro de 2013 (33,51% em 31 de dezembro de 2012) e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 10,86% em 31 de dezembro de 2013 (10,19% em 31 de dezembro de 2012). A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2013 é de 1,46 anos (1,64 anos em 31 de dezembro de 2012). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$62,59 (R\$61,19 em 31 de dezembro de 2012).

	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente	Valor intrínseco agregado
Ações			
Em aberto no início do exercício	1.963	16,90	
Outorgadas durante o exercício	1.052	32,08	
Canceladas durante o exercício	(64)	29,40	
Exercidas durante o exercício	(1.293)	16,46	
Em aberto no fim do exercício	1.658	26,40	1,64
Total a exercer em 31 de dezembro de 2012	1.658	26,40	1,64
Em 31 de dezembro de 2013	1.658	26,40	1,64

Outorgadas durante o exercício

	716	40,02
Canceladas durante o exercício	(51)	36,43
Exercidas durante o exercício	(743)	21,86
Em aberto no fim do exercício	1.580	34,39
Total a exercer em 31 de dezembro de 2013	1.580	34,39
	1,46	112,091

Em 31 de dezembro de 2013 não havia opções a serem exercidas.

O Pronunciamento Técnico CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam registrados no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Os valores registrados no resultado da Controladora no Consolidado em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$42.715 (R\$45.022 em 31 de dezembro de 2012).

g) Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de abril de 2013 foi aprovado o pagamento de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$165.987, correspondentes a R\$0,59 por ação ordinária e R\$0,65 por uma ação preferencial. O valor total dos dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, incluindo o valor de R\$83.668 de dividendos antecipados, foi de R\$249.655, o que



Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta | CNPJ 47.508.411/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 19 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente. O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes através dos segmentos. Desta maneira consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os exercícios apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

Descrição	Saldos em 31/12/2013						
	Varejo	Atacado de autosserviços	Eletrô	Comércio eletrônico	Total	Eliminação (*)	Total
Receita líquida de vendas	25.414.314	6.273.426	21.745.617	4.296.905	57.730.262	-	57.730.262
Lucro bruto	7.029.902	913.860	6.689.792	392.629	15.026.183	-	15.026.183
Depreciação e amortização	(594.299)	(56.039)	(130.161)	(6.906)	(787.405)	-	(787.405)
Equivalência patrimonial	33.255	-	14.055	-	47.310	-	47.310
Lucro operacional	1.032.283	193.755	1.625.395	96.806	2.948.239	-	2.948.239
Despesas financeiras	(852.838)	(46.435)	(814.630)	(154.585)	(1.868.488)	32.288	(1.836.200)
Receita financeira	374.689	22.960	263.915	13.475	675.039	(32.288)	642.751
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	554.134	170.280	1.074.680	(44.304)	1.754.790	-	1.754.790
Imposto de renda e contribuição social	(12.799)	(58.206)	(303.980)	16.402	(358.583)	-	(358.583)
Lucro líquido do exercício	541.334	112.074	770.701	(27.902)	1.396.207	-	1.396.207
Ativo circulante	7.087.919	1.358.757	8.753.861	1.412.263	18.612.800	(3.065)	18.609.735
Ativo não circulante	12.717.447	2.456.542	4.376.438	550.254	20.100.681	(702.064)	19.398.617
Passivo circulante	5.379.993	2.603.726	7.833.044	1.901.120	17.717.883	(705.129)	17.012.754
Passivo não circulante	6.300.186	278.946	1.697.586	6.916	8.283.634	-	8.283.634
Patrimônio líquido	8.125.187	932.627	3.599.669	54.481	12.711.964	-	12.711.964

Descrição	Saldos em 31/12/2012						
	Varejo	Atacado de autosserviços	Eletrô	Comércio eletrônico	Total	Eliminação (*)	Total
Receita líquida de vendas	23.439.000	4.639.211	19.437.736	3.408.514	50.924.461	-	50.924.461
Lucro bruto	6.741.588	674.693	5.857.977	482.655	13.756.913	-	13.756.913
Depreciação e amortização	(553.084)	(43.610)	(152.945)	(1.899)	(751.538)	-	(751.538)
Equivalência patrimonial	11.273	-	(454)	-	10.819	-	10.819
Lucro operacional	1.509.652	145.625	1.106.134	107.796	2.869.207	-	2.869.207
Despesas financeiras	(872.342)	(90.094)	(745.027)	(113.037)	(1.820.500)	34.340	(1.786.160)
Receita financeira	423.439	23.514	170.692	9.982	627.627	(34.340)	593.287
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.060.749	79.046	531.797	4.742	1.676.334	-	1.676.334
Imposto de renda e contribuição social	(287.222)	(18.295)	(212.545)	(1.836)	(519.898)	-	(519.898)
Lucro líquido do exercício	773.526	60.751	319.254	2.905	1.156.436	-	1.156.436
Ativo circulante	7.531.844	827.835	7.650.902	861.609	16.872.190	(191.888)	16.680.302
Ativo não circulante	12.383.311	2.434.936	3.234.372	335.589	18.388.208	(236.402)	18.151.806
Passivo circulante	4.376.599	2.003.619	6.324.067	1.115.274	13.819.559	(428.292)	13.391.267
Passivo não circulante	8.337.036	388.311	1.647.530	13	10.372.890	-	10.372.890
Patrimônio líquido	7.201.520	870.841	2.913.677	81.911	11.067.949	2	11.067.951

(*) As eliminações são compostas por saldos entre as companhias.

Informações gerais da Companhia

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita total é composta pelos seguintes tipos de produtos:

	31/12/2013	31/12/2012
Alimentos	54,9%	55,1%
Não alimentos	45,1%	44,9%
Total de vendas	100,0%	100,0%

Em 31 de dezembro de 2013 os investimentos (Capex) estavam assim apresentados:

	31/12/2013	31/12/2012
Alimentos	1.446.694	1.064.394
Não alimentos	402.229	329.000
Total de investimentos	1.848.923	1.393.394

36. **Eventos subsequentes**
a) **Aumento de capital:** Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de fevereiro de 2014 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 15.522, mediante a emissão de 471 mil ações preferenciais.

b) **Termo de Compromisso de Desempenho - CADE:** Entre 1º de janeiro e 12 de fevereiro de 2014, a Companhia vendeu 7 lojas relacionadas às exigências do CADE para a aprovação do Acordo de Associação. Vide nota explicativa 1 (e).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jean-Charles Henri Naouri - Presidente
Arnald D. C. W. J. Strasser - Vice-Presidente

Antoine Marie Remi Lazars G. D'Estaing
Ulisses Kameyama

Ronaldo Iabrudi
Roberto Oliveira de Lima

Luiz Augusto de Castro Neves
Eleazar de Carvalho Filho

Guilherme Affonso Ferreira
Fábio Schvartsman

Maria Helena dos Santos Fernandes Santana
Pedro Henrique Chermont de Miranda

DIRETORIA

Ronaldo Iabrudi
(Diretor Presidente)
Christophe Hidalgo
(Diretor Vice Presidente de Finanças)

Antonio Sergio Salvador dos Santos
(Diretor Vice Presidente de Gente)
Daniela Sabbag
(Diretora de Relações com Investidores)

José Roberto Coimbra Tambasco
(Diretor Vice Presidente de Negócios do Varejo)
Alexandre Vasconcelos
(Diretor de Negócios Imobiliários)

Belmiro de Figueiredo Gomes
(Diretor de Negócios do Atacado)
Libano Miranda Barroso
(Diretor Vice Presidente de Infraestrutura e Desenvolvimento Estratégico)

CONTADOR

Marcelo Simões Pato
CRC - SP 183676/O-0
Diretor de Contabilidade Corporativa

CONSELHO FISCAL

Fernando Maida Dall Acqua
(Presidente)

Raimundo Lourenço Maria Christians

Mario Probst

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os conselheiros, no exercício das suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 da Companhia. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sem ressalvas, os conselheiros opinaram

favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral de Acionistas e o seu encaminhamento ao Conselho de Administração.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2014

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2013, autorizando a conclusão nesta data.

Ronaldo Iabrudi
Diretor Presidente

Diretoria
Christophe José Hidalgo
Diretor Vice Presidente de Finanças

Daniela Sabbag
Diretora de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2013, emitido nesta data.

Ronaldo Iabrudi
Diretor Presidente

São Paulo, 13 de fevereiro de 2014
Diretoria
Christophe José Hidalgo
Diretor Vice Presidente de Finanças

Daniela Sabbag
Diretora de Relações com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Brasileira de Distribuição
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de

auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Outros assuntos**

Demonstrações de valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da

Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados referentes a 31 de dezembro de 2011 examinados e auditados por outros auditores independentes

Os valores da Controladora e do Consolidado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 16 de fevereiro de 2012, sem nenhuma modificação. Em virtude da reclassificação descrita na nota explicativa nº 2, os saldos dos balanços patrimoniais correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, considerados como saldos iniciais em 1º de janeiro de 2012, estão apresentados para fins de comparação.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2013, examinamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 2 que foram efetuadas nos balanços patrimoniais individuais e consolidados de 1º de janeiro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar nem aplicar nenhum outro procedimento sobre os balanços patrimoniais individuais ou consolidados da Companhia referentes a 1º de janeiro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião nem nenhuma forma de asseguuração sobre referidos balanços patrimoniais tomados em conjunto. São Paulo, 13 de fevereiro de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco

Contador

CRC nº 1 SP 138635/O-2